

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.784 - CE (2019/0299485-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS
ADVOGADOS : FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS -
CE005255
JEAN EFFERTON RIBEIRO AMORIM DOS SANTOS -
CE030960
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : JAILTON CESAR DE CARVALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

JAILTON CESAR DE CARVALHO alega sofrer coação ilegal ante acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** no Agravo n. 0025931-96.2019.8.06.0001.

O impetrante assinala que o órgão de segundo grau **deferiu a realização de trabalho externo** e que o apenado "vem cumprindo rigorosamente" o benefício. Entretanto, ele retorna ao final do dia para o Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne, unidade incompatível com o regime semiaberto (fl. 9) e, por isso, faz jus à aplicação da Súmula Vinculante n. 56.

Requer, por isso, a concessão de "liberdade eletronicamente monitorada, prisão domiciliar ou, ainda, o cumprimento de penas restritivas de direitos" pelo reeducando (fl. 12).

Decido.

O Tribunal deferiu ao paciente o trabalho externo, sem necessidade de escolta, com a obrigação de retorno à unidade prisional no final do dia.

Não há nenhuma ilegalidade no aresto apontado como ato coator, a ensejar a interposição de habeas corpus substitutivo de recurso especial, pois o Tribunal salientou a necessidade de observância da Súmula Vinculante n. 56, *in verbis* (fl. 55):

3. Considerando que há nesta comarca um número de vagas inferior ao necessário para suprir toda a demanda de cumprimento de pena em regime semiaberto, o juízo *a quo*, na decisão recorrida, preservou os critérios

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencialmente estabelecidos pelo egrégio Supremo Tribunal Federal para a concessão dos benefícios da espécie reclamada pelo agravante.

4. **Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes.** São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como "colônia agrícola, industrial" (regime semiaberto) ou "casa de albergado ou estabelecimento adequado" (regime aberto) (art. 33, § 1º, b e c).

O acórdão declinou ao Juiz da VEC a avaliação sobre a adequação, ou não, do estabelecimento prisional ao qual está vinculado o apenado.

Após a lavratura do acórdão, competia ao advogado indicar ao Juiz da VEC **a pretensa ilegalidade, consubstanciada na manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso**, para que a autoridade se manifestasse sobre a adoção das alternativas propostas pelo Supremo Tribunal Federal, **o que não ocorreu.**

Assim, **inexiste nestes autos** ato judicial na qual o juiz, em acórdão mantido pelo Tribunal:

a) avaliou o estabelecimento no qual se encontra segregado o paciente, para qualificá-lo, ou não, como inadequado ao regime semiaberto;

b) reconheceu o excesso de execução, mas deixou de cumprir a Súmula Vinculante n. 56;

c) deixou de deferir ao apenado a prisão domiciliar **até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas pelo Supremo Tribunal Federal.**

O advogado optou por deduzir incidente da execução diretamente ao Superior Tribunal de Justiça, assim como o fez no HC n. 526.954/CE, o que não se admite. **Existe uma ordem natural a ser seguida nas postulações endereçadas a esta Corte Superior.** Assim, como a alegação de descumprimento da Súmula n. 56 **não** foi examinada previamente pela instância ordinária, indefiro o processamento deste habeas corpus.

À vista do exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o processamento deste habeas corpus. Recomendo

Superior Tribunal de Justiça

ao Juiz da VEC que examine o incidente à luz da Súmula Vinculante n. 56.

Publique-se e intimem-se.

Encaminhem-se à autoridade de primeiro grau a cópia da petição inicial e desta decisão.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

